

1 Aos dois (02) dias de abril do ano de 2019, às 09h30min, reuniram-se os membros do Comitê  
2 da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG) no auditório da Empresa de Pesquisa  
3 Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG Norte, Campo Experimental do Gorutuba, situado na Rodovia  
4 MG122, Km 155, Nova Porteirinha /MG. **Participaram os seguintes representantes titulares:**  
5 Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho – DNOCS; Rafael Macedo Chaves – IBAMA; Margarete Suely  
6 Caires Azevedo - IEF; Wesley Mota França – IGAM; Glauber Vieira de Oliveira – INEMA/BA; Juliana  
7 Lucas Correia – Prefeitura Municipal de Verdelândia; Aroldo Roberto Cangussu – Prefeitura Municipal  
8 de Janaúba; Horácio Cristo Barbosa – União da Serra Geral; Tatiany Cerqueira Novais Sant’ana –  
9 Prefeitura Municipal de Mortugaba; Alexander Amarante Lopes – COPASA Janaúba; José Sérgio  
10 Pereira Araújo – COTEMINAS; Ézio Darioli - FIEMG; Jefrson Bertoli – BEST PULP; Gustavo Wagner  
11 Drummond Lage – Banarica LTDA/Fazenda Boa Esperança/Fazenda Santana; Ari Teodoro de Oliveira  
12 – Estância das Aroeiras; Dirceu Colares de Araújo Moreira – Fazenda Lagoão; Wandaik Ribeiro Soares  
13 Dias – Fazenda El Sombrelho; Nilde Antunes Rodrigues Lages – ABANORTE; Ricardo Carreiro Neto –  
14 Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba (DIG); Paulo Avelino dos Santos – Associação  
15 Comunitária de Lagoa do Boi e Traçadal; Margaret de Jesus Neves de Oliveira – Assoc. de Desenv.  
16 Com. de Santa Cruz e Adjacências; Maria de Lourdes Silva Rodrigues – ONG Prisma. **Participaram**  
17 **os seguintes representantes suplentes:** João Batista Ribeiro da Silva Reis – EPAMIG (em  
18 exercício de titularidade); Jairo Henrique Moreira Prado – Prefeitura Municipal de Iuiu (em exercício  
19 de titularidade); Luciano Cloves da Fonseca – Fazenda Esperança (em exercício de titularidade);  
20 Juvenal Mendes de Oliveira – Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros (em exercício de  
21 titularidade); Carlos Magno Santos Clemente – Faculdade Guanambi (em exercício de titularidade).  
22 **Justificaram ausência:** Iran Douglas da Silva – SEMAD/SUPRAM/NM; Davi Pereira de Oliveira  
23 Júnior – Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais; Zoraya Guerra David França –  
24 Superintendência Regional de Ensino; Iara Maria Soares Costa da Silveira – UNIMONTES e Geraldo  
25 Pereira da Silva – ASSIEG. **Participaram os seguintes convidados:** Arnaldo Jersias, Willian  
26 Pacheco e Odair Pereira – Instituto Humanos; Nívio Gonçalves e Polyanna Mara Oliveira - EPAMIG  
27 Norte; Waldinei dos Santos e Raissa de Sá Mendes – Prefeitura Municipal de Porteirinha; Rosélia  
28 Ferreira Cruz – Secretaria de Meio Ambiente de Porteirinha; Paulo Caldas – Distrito de Irrigação  
29 Gorutuba (DIG); Ramyne Mirelle Cordeiro – Prefeitura Municipal de Verdelândia; Tânia Dias – ANA;  
30 Maria Antonieta Mourão – Serviços Geológicos do Brasil (CPRM); Rúbia Mansur e Jannyne Amorim –  
31 Agência Peixe Vivo; Gilmar Santos da Silva – CODEMA Nova Porteirinha; Aécio dos Santos e Joélia  
32 Santos Barbosa – Câmara Municipal de Nova Porteirinha; Guilherme Henrique e Adílio Teixeira da  
33 Silva – Secretaria de Meio Ambiente de Jaíba; Jurandir Vieira Lima e Cleide M. Oliveira – COPASA  
34 Janaúba; Ivo Oliveira Batista Sá – Câmara Municipal de Janaúba; Marivone Moreira – ASSIEG; Luiz  
35 Fregadolli, Jauner Torano e Rômulo Souto – Leagold Mineradora Riacho dos Machados (MRDM). O  
36 Sr. Dirceu Colares, Presidente do CBH Verde Grande, iniciou a reunião dando boas-vindas aos  
37 presentes e de prontidão submeteu à aprovação do plenário a ata da 30ª Reunião Ordinária do  
38 CBHVG. Não havendo manifestações dos membros a ata foi aprovada. A seguir, ele explanou sobre  
39 os seguintes informes: **1)** Solicitação feita à COPASA, por meio do Ofício 99/2019 CBHVG, para  
40 realização de análises trimestrais da qualidade da água para possível detecção de metais pesados  
41 na Barragem de Bico da Pedra e no rio Gorutuba, em trecho à jusante da Mineradora Riacho dos  
42 Machados – MRDM. A representante da COPASA, Sra. Cleide Oliveira informou que a companhia já  
43 realiza análises semestrais na Barragem e que até o momento não foram detectados metais pesados  
44 nas amostras. Ela informou ainda que o Comitê deve informar os pontos específicos para coleta das  
45 amostras e informar à Gerência Regional de Janaúba para que os ensaios laboratoriais sejam  
46 incluídos na programação da COPASA. **2)** Na última reunião Ordinária do Comitê, realizada no dia  
47 05 de novembro de 2018, o especialista da ANA, Brunno Collischonn apresentou duas propostas para  
48 minimizar a “perda de água” para os sumidouros cársticos de Jaíba. A primeira foi a desativação da  
49 barragem da COPASA, segundo ele, responsável por represar a água e aumentar a vazão que cai  
50 nos sumidouros e a segunda seria a construção de uma estrutura física para isolamento dos  
51 sumidouros no período de seca. O Comitê por sua vez, achou por bem consultar as autoridades do  
52 município de Jaíba sobre tais intervenções, ao passo que o Prefeito Reginaldo Antônio Silva,  
53 respondeu, por meio do Ofício GAB nº 12/2019, que considera prudente aguardar a conclusão dos  
54 estudos realizados pela CPRM para então decidir sobre implementar ou não as sugestões feitas pela  
55 ANA. Imediatamente, Maria Antonieta, coordenadora do Projeto de Gestão de Águas Superficiais e  
56 Subterrâneas na bacia do Verde Grande, informou que os estudos realizados pela CPRM, até o


57 momento, não fornecem subsídios para essa decisão. **3)** O Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia  
58 Hidrográfica enviou um ofício solicitando que o Comitê levantasse informações sobre o  
59 Licenciamento, Segurança e Plano de Ação Emergencial das barragens de atividade minerária,  
60 abastecimento humano e energia, inseridas na bacia do rio Verde Grande. O Comitê ofício órgãos  
61 relacionados à gestão dessas barragens, tais como: ANEEL, ANA, ANM, IGAM e COPASA. Dentre  
62 esses, foram recebidas as respostas da ANA e ANM. O Comitê fará novamente contato com as  
63 instituições que ainda não deram retorno. **4)** A ANA em parceria com o Ministério de Meio Ambiente  
64 e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) realizará um Treinamento em  
65 Práticas Conservacionistas para Revitalização de Bacias Hidrográficas dentro do Programa Produtor  
66 de Água (PPA). Esse treinamento será realizado na cidade de Sete Lagoas/MG, de 08 a 12 de abril.  
67 Foi indicado um representante do CBHVG, o Sr. Mário Sérgio Paiva, Engenheiro Agrícola e Ambiental,  
68 doutorando da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Além de representar o Comitê nesse  
69 treinamento, ele será responsável por replicar o conhecimento adquirido e apoiar o Comitê nos  
70 projetos de implementação do PPA. Sobre o assunto, a Sra. Nilde Lages informou que o SICOOB  
71 CREDIVAG deseja contribuir com o Comitê para a realização do PPA, disponibilizando linhas de crédito  
72 diferenciadas para os produtores rurais. **5)** O Comitê está mobilizando junto ao IGAM a possibilidade  
73 de realização de um treinamento, por videoconferência, sobre o Sistema de Cadastro de Uso e  
74 Usuários de Água – SISCAD. Os usuários de recursos hídricos têm de abril a agosto de 2019 para  
75 informar as vazões medidas em 2018 e as vazões previstas para o ano de 2020. **6)** Esse informe foi  
76 apresentado por Horácio Cristo, que discorreu sobre o Relatório de Atividades da Comissão de  
77 Acompanhamento do Contrato de Gestão (CACG), no exercício de 2018. Houve no referido ano uma  
78 única reunião, em 03 de agosto, na qual foram abordados os seguintes pontos de pauta: revisão da  
79 deliberação nº 61/2017 CBHVG que “*dispõe sobre a Comissão Acompanhamento Contrato Gestão*  
80 *entre AGB Peixe Vivo e ANA*”; escolha de Horário como coordenador da CACG; definição das reuniões  
81 da CACG um dia antes ou no mesmo dia da CTC para facilitar deslocamento dos membros; realização  
82 de reuniões trimestrais; alteração do representante do Poder Público Federal (Maria Socorro Mendes)  
83 e a necessidade de enviar ofícios aos responsáveis pelas entidades, reforçando a importância da  
84 participação dos representantes na CACG. No âmbito do Contrato de Gestão 083/2017, Rúbia  
85 Mansur, gerente de integração da Agência Peixe Vivo, informou aos presentes que o Programa de  
86 Trabalho Específico (PTE) já está sendo implementado com a elaboração do Manual Operativo do  
87 Plano (MOP) pela empresa vencedora da licitação, a HIDROBR. Ela ressaltou que o MOP é um  
88 documento que elenca o conjunto de ações prioritárias contidas no PRH Verde Grande, com um  
89 enfoque prático para a efetiva realização de cada ação. Rúbia acrescentou ainda que o outro  
90 componente do PTE, o estudo sobre Incremento de Oferta Hídrica, está em fase de contratação por  
91 meio do Ato Convocatório 03/2019, que pode ser acessado no sítio eletrônico da Agência Peixe Vivo.  
92 Ela ressaltou que, o estudo sobre Incremento de Oferta Hídrica tem por finalidade verificar a melhor  
93 alternativa de incremento de oferta hídrica para atender as demandas de uso da água na bacia do  
94 Verde Grande. **7)** A Sra. Maria Socorro, secretária do CBHVG, informou que os membros titulares  
95 precisam se atentar para a apresentação da justificativa em caso de impossibilidade de  
96 comparecimento às reuniões plenárias para que os seus suplentes sejam convocados em tempo hábil  
97 e assim, possa ser garantido o quórum necessário para legitimar as decisões do Comitê. Além disso,  
98 ela complementou, como estabelece o Art. 44 do Regimento Interno, em caso de ausência a duas  
99 reuniões consecutivas ou três alternadas, sem justificativa prévia acatada pela Diretoria, o membro  
100 ou representante, no exercício de titularidade, será desligado de sua representação. Assim, Maria  
101 Socorro concluiu: “*o escritório do CBHVG fará um levantamento de frequência dos membros, a fim*  
102 *de notificar os não assíduos e tomar providências quanto à representação destes*”. Neste momento  
103 da reunião, a Sra. Tânia Dias, apresentou os resultados da Avaliação da Agência Peixe Vivo pelos  
104 membros do CBHVG. Ela iniciou explicando que a avaliação tem como objetivo permitir à ANA  
105 conhecer o desempenho da Entidade Delegatária (ED) sob a ótica dos membros do Comitê, com foco  
106 em três aspectos principais: 1) Cumprimento do Contrato de Gestão; 2) Ações com vistas à  
107 implementação do PRH na bacia e 3) Atuação da ED como secretaria executiva do CBHVG. Tânia  
108 ressaltou ainda que o questionário foi disponibilizado na plataforma DATASUS e que era necessária  
109 uma abrangência de 60% de respostas dentre o número total de membros para validação da  
110 avaliação. Um total de 25 membros responderam ao questionário, composto por 18 questões, sendo  
111 11 objetivas e 7 qualitativas. A apuração das respostas mostrou que cerca de 53% dos membros  
112 conhecem o CG 083/2017, cerca de 48% conhecem as competências da Entidade Delegatária, isto

113 é, da Agência Peixe Vivo e 50% dos participantes declararam que a estrutura organizacional da  
114 Agência Peixe Vivo atende ao CBHVG. Sobre as questões qualitativas, Tânia apresentou algumas  
115 respostas (sem identificar os membros): Questão 16 - **"Quando o Comitê pauta um tema ou**  
116 **apresenta uma demanda para a Agência Peixe Vivo, esta informa os encaminhamentos**  
117 **necessários em tempo hábil ao Colegiado?"** Respostas: "A grande experiência da Agência  
118 contribui para a rápida resposta e fornecimento de informações"; "Sempre que contactada, a Agência  
119 Peixe Vivo tem se prontificado em informar e encaminha para os procedimentos adequados" e "não  
120 consigo avaliar". Questão 17 - **"Além do conteúdo disponibilizado na página eletrônica do**  
121 **Comitê, a Agência Peixe Vivo dá visibilidade às ações do Colegiado no âmbito da Bacia**  
122 **Hidrográfica em que está inserido, conforme exigido no Programa de Trabalho do Contrato**  
123 **de Gestão?"** Respostas: "Comunicação deficiente" e "Atualizar o site do Comitê". Questão 18 -  
124 **"Como a Agência Peixe Vivo pode melhorar sua atuação junto ao Comitê?"** Respostas:  
125 "Intensificar as divulgações das ações do Comitê"; "atualizar o site do CBHVG" e "promover  
126 capacitações". A nota geral da Agência Peixe Vivo foi 8,0 cujo conceito correspondente é **"bom"**. Ao  
127 final da apresentação, Rúbia informou que com o tempo os membros irão conhecer melhor as  
128 atribuições da Entidade Delegatária, bem como as competências e obrigações de todos os entes do  
129 CG, é comum que muitos não saibam, pois a implementação da cobrança pelo uso da água e por  
130 consequência, a atuação da Agência Peixe Vivo como ED é muito recente. Ela acrescentou ainda que  
131 a Peixe Vivo já está contratando uma empresa para reformular e administrar o site do CBH, para  
132 que assim as ações do Comitê sejam melhor divulgadas. Rúbia encerrou dizendo que no site da  
133 Agência Peixe Vivo tem a Prestação de Contas de todos os gastos realizados com os recursos da  
134 cobrança e aportes repassados para a ANA. Assim, ela ressaltou a importância de os membros  
135 acessarem a página eletrônica da Peixe Vivo e acompanhar o detalhamento das despesas do Comitê.  
136 A seguir, Maria Antonieta apresentou o andamento dos estudos do Projeto de Gestão Integrada de  
137 Águas Superficiais e Subterrâneas, realizado pela CPRM em parceria com a ANA. Ela iniciou  
138 explanando sobre a missão e competências da CPRM, que incluem, dentre outros: participar do  
139 planejamento e executar os serviços de hidrologia de interesse da União; realizar levantamentos  
140 hidrometeorológico; promover a pesquisa e estudos em recursos hídricos (superficiais e  
141 subterrâneos); elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam a hidrologia  
142 nacional; realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais como  
143 enchentes e secas. Logo após, ela fez um breve resumo sobre as características socioeconômicas e  
144 hidrogeológicas da bacia do Verde Grande, destacando a demanda por irrigação concentrada na  
145 região do Projeto Jaíba e do grande número de poços artesanais – apenas os outorgados - espalhados  
146 por toda a bacia. Adiante, Maria Antonieta apresentou um mapa mostrando as áreas da bacia com  
147 déficit de água subterrânea, isto é, são pontos onde a exploração é maior que a recarga. Ela apontou  
148 que essa é uma condição predominante na bacia do Verde Grande (cerca de 60%) e que esse  
149 contexto tem motivado conflitos pelo uso da água desde a década de 80, por isso a relevância desse  
150 estudo. Segundo ela, o estudo será desenvolvido de forma interdisciplinar e sistêmica, em duas  
151 áreas-piloto: Vieira e Jaíba-Salobro, sendo que em Jaíba um foco importante do estudo é o  
152 comportamento dos sumidouros cársticos. Segundo ela, esses "buracos" são formações naturais  
153 características da geomorfologia da região que recebe água do rio e abastece o lençol freático,  
154 acentuando a baixa disponibilidade de água superficial durante a estação seca. Após apresentar o  
155 cronograma dos estudos e as instituições parceiras, Maria Antonieta falou sobre as ações realizadas  
156 entre setembro de 2018 e março de 2019, que basicamente estão relacionadas com o cadastramento  
157 de usuários e pontos d'água. Até o momento foram cadastrados um total de 702 pontos d'água,  
158 sendo que destes 98% são de águas subterrâneas e 49% estão em operação. Além disso, ela  
159 acrescentou que estão sendo feitas análises físico-químicas para averiguar a qualidade da água,  
160 introdução de poços de monitoramento e uso de dados aeromagnéticos para mapear a distribuição  
161 da água subterrânea na bacia. Maria Antonieta encerrou agradecendo ao Comitê e às diversas  
162 instituições ali apresentadas pelo apoio para a realização do trabalho. Em seguida, o membro Rafael  
163 Chaves questionou se após a conclusão dos estudos, havendo constatação do rebaixamento do lençol  
164 freático na bacia do Verde Grande, que ações de sustentabilidade serão tomadas para reverter esse  
165 quadro. Maria Antonieta respondeu que deverão ser adotadas ações de manejo e preservação do  
166 solo para manter a água da chuva na bacia e ações de redução no uso da água subterrânea seja pelo  
167 revezamento no uso de poços, diminuição do número de horas de funcionamento ou até pela negativa  
168 de abertura de novos poços. Porém, ela ressaltou que essa questão é mais complexa, pois envolve

169 a atuação dos órgãos gestores. Encerrado o assunto anterior, a Sra. Juliana Correia, Diretora  
170 Municipal de Meio Ambiente e Coordenadora Municipal de Defesa Civil de Verdêlândia/MG, passou a  
171 discorrer sobre a situação da barragem de abastecimento do município. Segundo a mesma, a  
172 Prefeitura enviou um ofício à COPASA, em 2015, informando sobre a deterioração dos taludes da  
173 barragem e necessidade de providências. Não havendo retorno da Companhia, em novembro de  
174 2017 um novo ofício foi encaminhado informando que não havia mais o colchão reno e os taludes  
175 laterais estavam bastante erodidos. A COPASA respondeu que a situação não comprometia a  
176 estabilidade da barragem. Porém, ela relatou que em 2018 começou a vaziar água no lado direito da  
177 barragem e, o laudo apresentado por um engenheiro do município, mostrou que a estrutura  
178 apresentava risco de colapso. Em resposta, a COPASA apresentou um projeto para recuperar a  
179 estrutura, porém até o momento foi realizado apenas um reparo no lado direito onde houve o esse  
180 vazamento. Diante disso, Juliana concluiu, a população de Verdêlândia solicita um posicionamento  
181 da COPASA quanto à não execução das outras ações contempladas no Projeto de Recuperação da  
182 barragem, pois existe um receio de que se houver uma cheia a barragem venha a ser totalmente  
183 comprometida, sendo ela a principal fonte de captação para o abastecimento público, irrigação e  
184 dessedentação de animal do município e região. Em contraponto, o Sr. Jurandir Lima, gerente  
185 regional da COPASA em Janaúba informou que o recurso para finalização da obra já está lícito,  
186 mas que a COPASA está aguardando a liberação da ordem de serviço pelo novo governo do Estado,  
187 para executar as ações restantes do Plano de Recuperação da barragem. Ele acrescentou que não  
188 pode informar um prazo, mas que ele encaminhará uma nota à Superintendência da COPASA  
189 reforçando a relevância e urgência de conclusão da obra. Neste momento, a Cleide Moreira, ressaltou  
190 que o abastecimento humano do município não ficará comprometido, pois a água dos poços  
191 disponíveis é adequada para o consumo de acordo com os padrões vigentes de potabilidade e passam  
192 por monitoramento constante da COPASA. Posteriormente, o Sr. Luiz Fregadolli, gerente de Saúde,  
193 Segurança e Meio Ambiente da Mineradora Riacho dos Machados (MRDM) iniciou a apresentação  
194 falando sobre a importância da atividade minerária para o desenvolvimento e progresso da  
195 humanidade. Ele acrescentou ainda que a MRDM pertence à *Leagold Mining Corporation*, uma  
196 empresa canadense de médio porte do ramo de exploração de ouro, que tem buscado desenvolver  
197 suas atividades com transparência e alinhamento à legislação ambiental e exigências sociais. A  
198 seguir, ele transferiu a palavra para o Sr. Rômulo Souto, Engenheiro Civil, responsável pela barragem  
199 de rejeitos da MRDM. Inicialmente, ele explanou aos membros dados técnicos da barragem, tais  
200 como capacidade utilizada (6,3 milhões de m<sup>3</sup> de rejeito) *versus* capacidade total (9,6 milhões até  
201 e tempo de operação e método de construção, sendo para essa barragem o método de  
202 alateamento à jusante. Com relação ao quesito segurança, ele explicou também que a barragem é  
203 impermeabilizada com uma geomembrana, ou seja, não possui água no maciço principal, o que é  
204 atestado pelos 9 piezômetros (instrumentos usados para aferir a quantidade de água) distribuídos  
205 ao longo da barragem. Ele informou também que a empresa está protocolando junto à ANM o  
206 Atestado de Segurança e Estabilidade da barragem. Rômulo informou ainda que mesmo antes do  
207 rompimento da barragem da VALE S/A em Brumadinho, a MRDM já possuía seu Plano de Ação  
208 Emergencial (PAE) e o mesmo está em constante atualização e aperfeiçoamento. Sobre as medidas  
209 para contenção de focos erosivos na barragem, ele pontuou que, na verdade, nem se trata de focos  
210 erosivos e que essas estruturas não possuem relevância em termos de segurança para a estrutura  
211 da barragem ou carreamento de sólidos para corpos d'água à jusante. Nesse momento, o membro  
212 Rafael Macedo questionou se a água da chuva que entra na barragem não diminui a vida útil da  
213 mesma. Prontamente, Rômulo respondeu que não, uma vez que a barragem já foi projetada para  
214 acumular uma quantidade de água superior ao correspondente com a pluviosidade média anual da  
215 região, ou seja, o cálculo de suporte da barragem é feito considerando situações extremas em que  
216 pode haver um volume de chuva muito superior à média local em um tempo de retorno muito  
217 pequeno. Rômulo informou também que a barragem tem vida útil até o ano de 2025, suportando  
218 ainda o acréscimo de pouco mais de 3 milhões de m<sup>3</sup> de rejeito. Ele reiterou ainda que o Plano de  
219 Ação Emergencial está na sua quinta edição e caso membros do Comitê queiram conhecer o plano,  
220 bem como a barragem, estão convidados para visitar o empreendimento. Rafael Chaves questionou  
221 que o PAE ficou pronto somente dois anos depois do início da operação do empreendimento. Luiz  
222 Fregadolli, imediatamente, respondeu que essa informação não procede já que possui o PAE é um  
223 dos requisitos da Licença de Operação exigidas pela ANM para o início de qualquer atividade  
224 minerária. Rafael indagou ainda quais as medidas que a MRDM está tomando para conter os focos

225 erosivos graves das barragens deixadas pela Companhia Vale do Rio Doce, pois segundo ele esse é  
226 um passivo ambiental agora de responsabilidade da *Leagold* e que pode comprometer a qualidade  
227 de água da região. Luiz Fregadolli disse que a MRDM tomará conhecimento dessa situação. Em  
228 seguida, o Sr. Horácio Cristo diante do secamento de rios e poços da região, sugeriu que o  
229 empreendimento construisse caixas de captação de água da chuva como um passivo social para  
230 favorecer a população local. Logo após, Rafael Chaves sugeriu três encaminhamentos: 1) Que a  
231 MRDM realize o monitoramento da qualidade da água superficial até a foz do Gorutuba e ele mesmo  
232 comprometeu-se a enviar um documento relacionando os pontos específicos para análises e suas  
233 respectivas coordenadas; 2) Que a empresa assuma as obras emergenciais para controle dos focos  
234 erosivos das barragens de rejeitos abandonadas pela Companhia Vale do Rio Doce e 3) Que a MRDM  
235 faça a simulação e divulgação do PAE para as comunidades que moram no entorno da barragem de  
236 rejeitos. O membro Jefrson Bertoli, sugeriu também que as mesmas análises sejam feitas para a  
237 águas subterrâneas. Todos os encaminhamentos foram aprovados pelo plenário. Na sequência, o Sr.  
238 Ricardo Carreiro, propôs a criação de um Grupo de Trabalho para conduzir as discussões sobre a  
239 MRDM. Foram sugeridos os seguintes membros para compor o grupo: Jefrson Bertoli, Horácio Cristo,  
240 João Batista Reis, Rafael Chaves e Ricardo Carreiro. O plenário aprovou a criação do GT. Logo após,  
241 Rúbia Mansur apresentou suas contribuições e também da Tânia Dias a respeito da Deliberação  
242 CBHVG nº 70/2019 que dispõe sobre a composição e competências da Comissão de  
243 Acompanhamento do Contrato de Gestão (CACG). Dentre essas sugestões, ela destacou a mudança  
244 de nomenclatura para Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG), conforme indicado  
245 pelo próprio CG e a diminuição do número de reuniões ordinárias por ano, passando de quatro para  
246 três, ficando em aberto a possibilidade de reuniões extraordinárias, conforme demanda. Maria  
247 Socorro submeteu as contribuições à apreciação do plenário e elas foram aprovadas. Nesse  
248 momento, o Sr. Wesley França informou aos presentes sobre sua impossibilidade de permanecer no  
249 GACG, em razão da alta demanda de trabalho no IGAM. Assim, ele ficou incumbido de encaminhar  
250 ofício ao CBHVG indicando outro representante do Poder Público Estadual para compor a vaga. A  
251 seguir, dentro dos assuntos gerais, o Sr. João Batista informou que a próxima edição da Revista  
252 Informe Agropecuário, elaborada pela EPAMIG, vai tratar do tema Gestão de Recursos Hídricos e  
253 especificamente sobre a atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Ele solicitou aos membros que  
254 adquiram e divulguem a revista, como uma forma também de tornar conhecido para a sociedade o  
255 relevante papel dos comitês. Em seguida, Dirceu Colares exaltou o bom êxito da reunião, ao tempo  
256 que agradeceu a participação de todos os membros e convidados. Sem o mais a tratar, deu por  
257 encerrada a 31ª Reunião Ordinária do Comitê do Verde Grande e a secretária Maria Socorro Mendes,  
258 lavrou a presente ata.

259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275



**Dirceu Colares de Araújo Moreira**  
Presidente / CBH Verde Grande



**Maria Socorro M. Almeida Carvalho – DNOCS**  
Secretaria Executiva / CBH Verde Grande

**ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 01/10/2019**